

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 09

Data: 26/10/76

Pg.: _____

Funai restringe atuação à base de Atalaia do Norte

A atuação da Funai se restringe apenas à área de influência de sua base especial em Atalaia do Norte — exatamente onde os Marubos têm praticado os últimos massacres a brancos — com contatos esporádicos com os Kamanari, mas distantes dos Mayorunas e Korinas, do rio Curuçá, totalmente isolados e sem qualquer contato com a civilização. Segundo documento divulgado pelos antropólogos peruanos, os Mayorunas já teriam praticado o auto-extermínio de 40 crianças nos últimos seis meses.

O administrador da cidade peruana de Amélia, no Médio Javari, Alcaide Lion Pepe, diz que, "se não fazemos mais pelos Mayorunas é porque a grande maioria de suas tribos fica no lado brasileiro", acrescentando que "a ajuda aos índios brasileiros é uma retribuição a compreensão e à convivência que há entre peruanos e brasileiros na fronteira".

Devido naturalmente à uma maior presença física do Brasil na fronteira, os peruanos dependem particularmente da economia desenvolvida pelos brasileiros na região. No entanto, essa situação é bem diferente na Ilha Islândia, um território peruano dentro do Brasil. Ilha Islândia surgiu com o desvio do canal do Javari, que desmembrou parte do município de Benjamin Constant, separando do Brasil pouco mais de 50 quilômetros quadrados.

Em Ilha Islândia, onde há pouco mais de 20 famílias peruanas e meia dúzia de casas comerciais que negociam artigos superfluos, enlatados e combustíveis a baixo custo, reside o espírito peruano em pleno território brasileiro. No entanto, esse pequeno comércio não consegue atender às necessidades regionais, que passam a ser minimizadas pelo comércio de Letícia, na Colômbia. Por isso, os comerciantes peruanos de Ilha Islândia reclamam da ausência do governo do seu país na região, entendendo que "se tivéssemos maior apoio, não dependeríamos, nós, peruanos e brasilei-

ros, da influência econômica que Letícia exerce na fronteira".

As cidades peruanas na fronteira, todas elas carecem de infra-estrutura básica para o trabalho de integração da grande faixa de fronteira ao contexto dos dois países. E essa situação — também vivida no lado brasileiro — exige uma participação maciça de recursos governamentais, sem o que não será possível a tão decantada integração da fronteira.

Realmente, nenhuma das cinco cidades peruanas — com exceção de Ilha Islândia — possui condições para se desenvolver caso não haja uma ação direta do governo de Lima. Ramon Castilla, do outro lado do Solimões — defronte de Tabatinga — com sua pequena base militar, é um vilarejo de pouco mais de dez residências paupérrimas, características das várzeas amazônicas, três galpões grandes de madeira cobertos de zinco, que, na época das enchentes do rio, abrigam as populações flageladas; Amélia, sede civil peruana na fronteira, a 35 milhas da foz do Javari, possui um pequeno aglomerado humano e um alcaide, que, até a semana passada, não sabia que o seu presidente viria à região; San Fernando, sede do Batalhão Militar Peruano, reúne 1.500 pessoas, a maioria militar. E Algamoz e Bollongneza, também carentes de condições sócio-econômicas. Ao todo, nas cinco cidades peruanas na fronteira com o Brasil, residem pouco mais de três mil pessoas.

Assim, levando-se em conta o consenso geral difundido na região, segundo o qual são as guarnições militares brasileiras as responsáveis pela ocupação física da grande faixa de fronteira, é quase certo que do encontro Geisel-Bermudez surjam medidas visando a criação de novas regiões militares na área.

No mais, Brasil e Peru têm muitos pontos em comum nas suas políticas de integração e ocupação da área de fronteira, que deverão mudar radicalmente depois do encontro Geisel-Bermudez, dia 5 de novembro.